

## *Atire a Primeira Pedra Quem Não Tiver Pecado*

É desalentador o que vemos acontecer nas discussões políticas nas diversas ocasiões que se apresentam em favor ou contra as diversas esferas de governo.

No início do segundo mandato da Presidência da República posaram para fotografias o Sr. Presidente da República e o Presidente da Câmara com o intuito de demonstrar coesão de Governo. Quando houve a primeira sessão da Câmara um deputado questionou o seu Presidente sobre a questão das fotos ao lado do Executivo, e em resposta recebeu a informação(?) de que o Governo é um só e que os poderes é que atuam em definidas competências.

A Oposição política ao Executivo não a exime dos desmandos governamentais, mesmo porque ela responde exatamente como o Executivo quer dando sugestões e caminhos para a condução das diversas políticas executadas.

A Oposição brasileira perdeu um grande momento de dar uma guinada de 180° quando discutíamos o Regime de Governo por ocasião do Plebiscito Parlamentarismo X Presidencialismo. Naquela ocasião a Oposição acreditava que ganharia a Presidência com Lula e não mobilizou, de maneira enérgica, a opinião pública para que se votasse a favor do Parlamentarismo.

Em outra ocasião, quando se discutia a legitimidade da reeleição, novamente essa Oposição não envidou esforços para que se discutisse com o povo a matéria e houvesse um plebiscito. Depois do caldo derramado havia, ainda, o recurso do referendo; mas os Deputados da Oposição não queriam testar a força da população, pois sabem que se o povo derrubasse o instituto da reeleição o seu papel de representação seria restringido, e se abria o precedente de ter que discutir com a população matérias constitucionais que no futuro transformaram, e continuam a transformar, a nossa Constituição numa colcha de retalhos.

A Assembléia Legislativa Paulista não realiza Sessões Ordinárias plenas porque há um grande número de vetos a serem apreciados, e não se vota nada nessas Sessões enquanto houver esses vetos. Por conta disso, nós contribuintes, somos lesados em 200 reais para cada Deputado por Sessão Extraordinária o que corresponde a quase R\$ 250.000,00 por ano.

Nossa Constituição diz: ***Não haverá juízo nem tribunal de exceção***, para que não voltemos aos tempos negros dos regimes de exceção. No entanto, muitos desses opositores vivem montando Tribunais disso e daquilo: Tribunal dos Povos, Tribunal Internacional Contra o Trabalho Infantil, etc. Eles mesmos descumprem nossa Constituição e vivem cobrando democracia dos outros. Essa oposição não é séria, sua atuação política só visa a demonstrar cacife ao Executivo para que mantenham seus feudos e continuem em seus cargos com seus apaniguados. Ela é composta, na sua esmagadora maioria, de funcionários públicos que vivem dos recursos públicos e não prestam um verdadeiro serviço à democracia. Em São Paulo e, principalmente na cidade de São Paulo, as políticas públicas para a infância e adolescência não é implantada pelo grande descaso da oposição cujos membros são aqueles que detêm as funções dentro do aparelho estatal: chefias, coordenações e cargos eletivos públicos.

A discussão hoje feita sobre Violência nas Escolas não é posta da maneira devida, pois não se pode acreditar que só aqueles que estão em posição de mando são os responsáveis por esta situação a que chegou a Educação Pública. Senão vejamos:

Até final da década de 70 o salário do professorado era de 10 salários mínimos mensais; após mais de vinte anos e duas dezenas de greves o salário chegou a menos de 02 salários mínimos. Como podemos delegar a essas pessoas a educação de nossos filhos se elas não são capazes nem de garantir o respeito a si próprias? Precisou que a sociedade civil se levantasse para reverter este quadro. Basta ver que após o abraço à Assembléia Legislativa em 94 a curva descendente foi interrompida, e hoje há uma luz no fim do túnel com relação à melhoria desta situação. Será que são só os governantes que são os culpados?

A maior rede de televisão divulgou que há um milhão e seiscentos mil professoras (es) em todo o Brasil, e que se congregam em várias dezenas de entidades sindicais. E por que a qualidade da educação não melhora? O que vemos são discussões corporativas sobre condições de trabalho e salariais. Quando vai se discutir a democratização da gestão, acesso e permanência há uma resistência leonina por parte da Direção, Coordenação e das representantes sindicais dentro das unidades escolares. Basta ver que não há uma só escola pública com o Regimento Interno aprovado pela legislação em vigor.

As unidades escolares não possuem seus quadros de professoras(es) completo e, no entanto, é aceito que a polícia militar esteja dentro da escola. Isso é pedagógico? Por que o quadro operacional e administrativo não é suficiente e completo? Não se está decretando a falência da educação? Ou aceita-se que a escola é uma unidade de contenção e repressão física e psicológica? Os prédios já se parecem com os Cadeiões e Detenções.

Quanto à qualidade do ensino o quadro é estarrecedor: os jovens saem da escola sem saber ler e nem escrever, sem contar que um grande número deles não terminam sequer o fundamental. Isto deve-se ao fato de que as professoras não executam sua tarefa a contento. As aulas são uma chatice e os métodos ultrapassados - elas sequer sabem a diferença entre conceito, avaliação e nota - repudiam a promoção continuada para que os nossos filhos sejam barrados no mercado de trabalho. Será que é porque os filhos delas estudam em escolas particulares e os nossos não devem concorrer com eles?

***A violência é reflexiva***, e os alunos respondem ao que sofrem em sala de aula onde são destratados, desrespeitados e postos fora da sala por puro autoritarismo e arbítrio dessas profissionais que só reclamam de salário; não vêem que para o nível de escolaridade que é necessário para dar aulas o salário que percebem é muito acima da média de mercado.

Quanto à essa discussão sobre ***Violência nas Escolas***, é necessário se registrar que as legislações atuais são o espelho do que a sociedade civil quer, mas os agentes públicos que discutem Educação se esquecem de que eles são os feitores dos Governos e, portanto, multiplicadores daquilo que o Executivo quer executar. As leis modernas são violadas pelos agentes públicos toda vez que dispensam os alunos antes do fim do turno, agredem-nos física e psicologicamente, colocam-nos fora da sala de aula, dão conceitos sofríveis sem o devido processo de conscientização da necessidade da aprendizagem, exigem o uso do uniforme, cobram contribuições a essa já famigerada APM e aceitam a polícia militar como solução(?) para diminuir e/ou coibir a violência desses alunos.

Insiram o instituto Democrático e Cidadão de nossa Constituição no processo de ensino-aprendizagem a nossas crianças, adolescentes e jovens, e cumpram a Lei de Diretrizes e Bases bem como a mais Moderna e Progressista lei - o ESTATUTO DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE - cujo Espírito é o da PROTEÇÃO INTEGRAL, e aí terão uma reversão deste quadro tão deprimente em que se transformou a escola pública.

***José Roberto Alves da Silva - Pedagogo***

RECEIVED IN DEPARTMENT OF THE INTERIOR  
WASHINGTON, D. C. FEBRUARY 23, 1904

# REPORT OF THE COMMISSIONER OF THE GENERAL LAND OFFICE

The following report was submitted to the Secretary of the Interior by the Commissioner of the General Land Office, on the 23rd day of February, 1904.

The report contains a detailed account of the operations of the General Land Office during the year ending December 31, 1903. It covers the following subjects:

- 1. The status of the public lands under the control of the General Land Office.
- 2. The operations of the office during the year.
- 3. The financial statement of the office.
- 4. The recommendations of the Commissioner for the improvement of the office.

The report is divided into four main parts, each of which is further subdivided into sections and paragraphs. The first part, "Status of the Public Lands," contains a table showing the extent of the public lands under the control of the General Land Office, and a description of the various classes of lands. The second part, "Operations of the Office," contains a detailed account of the work done by the office during the year, and a list of the lands that have been disposed of. The third part, "Financial Statement," contains a statement of the receipts and expenditures of the office, and a balance sheet. The fourth part, "Recommendations," contains a list of suggestions for the improvement of the office.